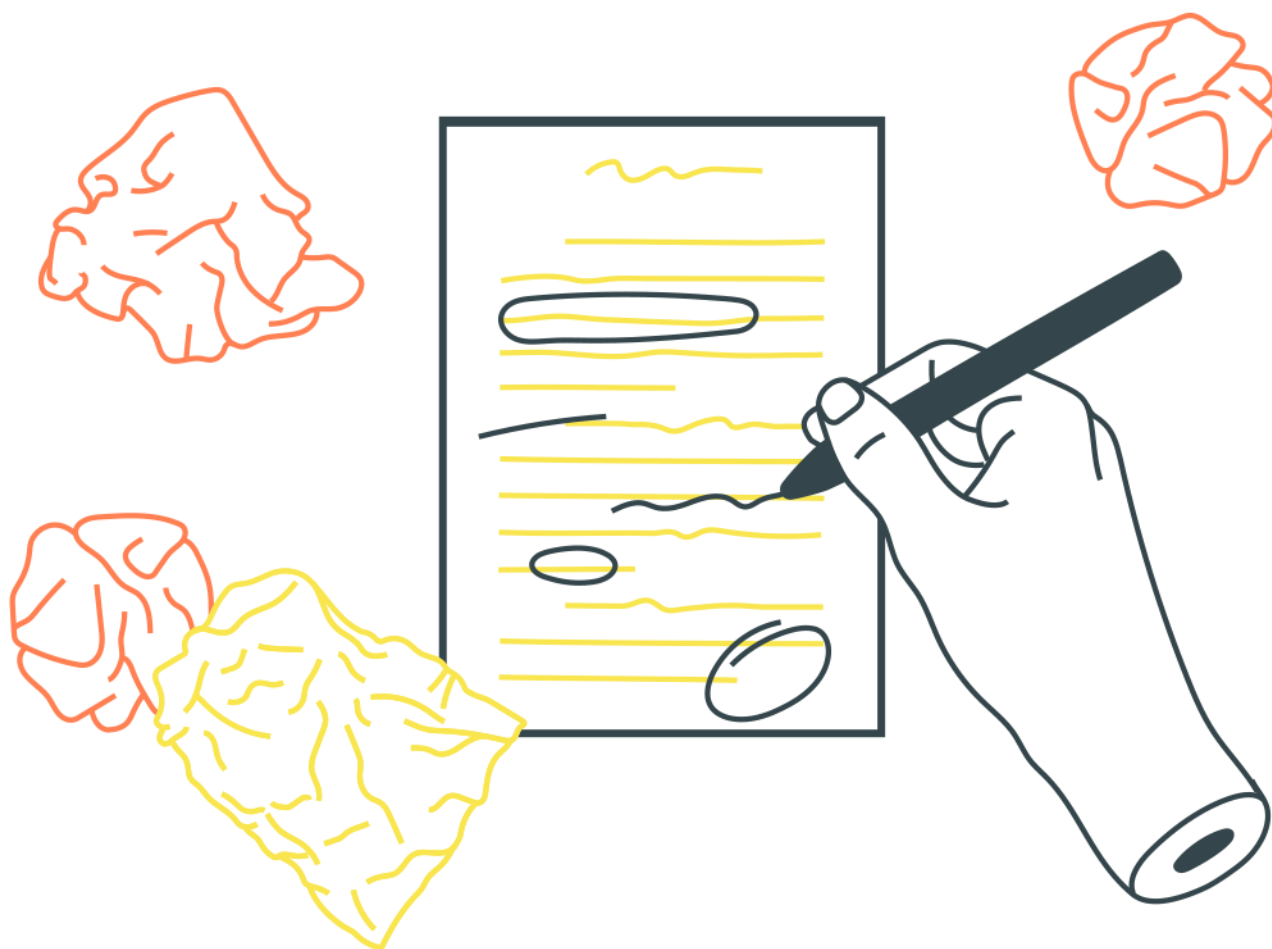


Análise de Redações do ENEM



Análise de Redações do ENEM

1. Publicidade infantil em questão no Brasil

Abrindo as cortinas

Brás Cubas, o defunto-autor de Machado de Assis, diz em suas “Memórias Póstumas” que não teve filhos e não transmitiu a nenhuma criatura o legado de nossa miséria. Talvez hoje ele percebesse acertada sua decisão: a postura de empresários e anunciantes em relação à publicidade para crianças é uma das faces mais perversas de uma sociedade que se despe de valores éticos em nome do estímulo ao consumo. Reverter esse quadro sem ferir a liberdade de expressão – eis a missão de um país que se diz democrático.

É válido considerar, antes de tudo, o poder da propaganda no século XXI. A fim de persuadir os consumidores, empresas utilizam-se de linguagem sugestiva e apelos sensoriais – como trilhas sonoras temáticas e animações – para tornar mais eficaz a venda de seus produtos. As crianças, imaturas e desprovidas de senso crítico aguçado, acabam por se tornar alvos fáceis dessa estratégia de comunicação. Marshall McLuhan afirmou que “o meio é a mensagem”, e os veículos de mídia parecem ter aprendido muito bem essa lição quando trouxeram os personagens, as cores e as músicas infantis para a sua publicidade.

Cabe apontar também o papel da família nesse processo. A sociedade patriarcal do passado, centrada na figura do homem, cedeu lugar a relações mais flexíveis entre pais e filhos, em que estes passaram a ter maior autonomia e poder de escolha. O mercado, sempre atento, percebeu a mudança e passou a investir em atores-mirins para divulgar seus produtos. Prova disso são os recorrentes comerciais de TV que usam crianças para vender eletrônicos e outros produtos “adultos”. Nesse contexto, progenitores acabam por se descobrir reféns dos pequenos influenciadores que habitam seus lares.

Fica evidente, portanto, que excessos na publicidade infantil devem ser combatidos, sem que ocorra o retorno nefasto da censura. Para isso, o governo brasileiro deve regular o setor, fiscalizando e criando leis que limitem os interessados, seguindo as melhores práticas de referências democráticas como Reino Unido e Suécia. A mídia precisa exercer de forma plena sua função social, denunciando e coibindo abusos dos anunciantes por meio de campanhas que trabalhem a questão – sempre seguida de perto por ONGs e comissões de pais que levanten a bandeira. Assim, poderemos, aos poucos, abrir as cortinas do mundo capitalista para nossas crianças, de modo que possam vir a se tornar consumidores realmente conscientes no futuro - e um legado de que Brás Cubas pudesse se orgulhar.

2. A persistência da violência contra a mulher no Brasil

Equilíbrio Aristotélico

Ao longo do processo de formação do Estado brasileiro, do século XVI ao XXI, o pensamento machista consolidou-se e permaneceu forte. A mulher era vista, de maneira mais intensa na transição entre a Idade Moderna e a Contemporânea, como inferior ao homem, tendo seu direito ao voto conquistado apenas na década de 1930, com a chegada da Era Vargas. Com isso, surge a problemática da violência de gênero dessa lógica excludente que persiste intrinsecamente ligada à realidade do país, seja pela insuficiência de leis, seja pela lenta mudança de mentalidade social.

É indubitável que a questão constitucional e sua aplicação estejam entre as causas do problema. De acordo com Aristóteles, a política deve ser utilizada de modo que, por meio da justiça, o equilíbrio seja alcançado na sociedade. De maneira análoga, é possível perceber que, no Brasil, a agressão contra a mulher rompe essa harmonia, haja vista que, embora a Lei Maria da Penha tenha sido um grande progresso em relação à proteção feminina, há brechas que permitem a ocorrência dos crimes, como as muitas vítimas que deixam de efetivar a denúncia por serem intimidadas. Desse modo, evidencia-se a importância do reforço da prática da regulamentação como forma de combate à problemática.

Outrossim, destaca-se o machismo como impulsionador da violência contra a mulher. Segundo Durkheim, o fato social é uma maneira coletiva de agir e de pensar, dotada de exterioridade, generalidade e coercitividade. Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que o preconceito de gênero pode ser encaixado na teoria do sociólogo, uma vez que, se uma criança vive em uma família com esse comportamento, tende a adotá-lo também por conta da vivência em grupo. Assim, o fortalecimento do pensamento da exclusão feminina, transmitido de geração a geração, funciona como forte base dessa forma de agressão, agravando o problema no Brasil.

Entende-se, portanto, que a continuidade da violência contra a mulher na contemporaneidade é fruto da ainda fraca eficácia das leis e da permanência do machismo como intenso fato social. A fim de atenuar o problema, o Governo Federal deve elaborar um plano de implementação de novas delegacias especializadas nessa forma de agressão, aliado à esfera estadual e municipal do poder, principalmente nas áreas que mais necessitem, além de aplicar campanhas de abrangência nacional junto às emissoras abertas de televisão como forma de estímulo à denúncia desses crimes. Dessa forma, com base no equilíbrio proposto por Aristóteles, esse fato social será gradativamente minimizado no país.

3. A redução da maioridade penal no Brasil

Mais uma lição de Pitágoras

Impunidade. Esse é o sentimento que leva grande parte dos brasileiros a defender a redução da maioridade penal para 16 anos. O estado de violência no qual estamos inseridos, somado à frequente associação de menores aos atos de violência expostos pela mídia, gera um desejo de vingança, que se consuma com a prisão desses transgressores das regras morais que regem a sociedade. Entretanto, estudiosos e entidades internacionais condenam essa proposta, alegando que não reduz a criminalidade. Devemos, então, analisar os dois extremos para resolver esse impasse e encontrar a melhor forma de mostrar que diminuir a maioridade não é o caminho mais interessante.

Em primeiro lugar, é importante considerar os principais pontos levantados por quem é favorável a esse projeto de lei. É relevante entender isso, pois grande parte da população tem se mostrado simpática à proposta. Esse grupo aponta que em vários países do mundo a idade para ser julgado como adulto é inferior à do Brasil. Além disso, destaca que, se um jovem de 16 anos é consciente para votar, também o é para responder criminalmente por seus atos, principalmente aqueles cometidos contra a vida. Os defensores da redução, porém, se esquecem de alguns dados importantes nessa discussão, levantados por quem é contrário ao projeto.

Quem discorda da ideia, então, rebate esses argumentos se baseando em estatísticas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e da Unesco, provando, respectivamente, que o sistema prisional é ineficiente – possui índice de reincidência de 70% – e não reduz a violência, pois nenhum país teve queda nas taxas de criminalidade depois de reduzir a maioridade. Além disso, ainda segundo o CNJ, menos de 10% das infrações cometidas por menores são atentados à vida – os mais apontados pelos defensores. Destaca-se, também, que o cidadão brasileiro é responsabilizado penalmente a partir dos 12 anos e que aos 16 o voto é facultativo, não sendo critério definidor de “consciência plena”. Apontam, ainda, a tendência de se elevar a maioridade em vários países no mundo, inclusive em alguns pontos dos EUA. Tais dados confirmam a necessidade de manutenção da atual lei e a inconsistência dos argumentos dos favoráveis à mudança.

Torna-se claro, portanto, que a redução não é a solução mais adequada e que, a fim de resolver os problemas e extinguir de vez essa possibilidade, algo precisa ser feito a curto prazo. Quanto à questão emergencial, é importante que as autoridades responsáveis façam valer as medidas presentes no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que preveem, inclusive, a privação de liberdade, mas visam à reeducação social desses infratores. A escola também tem papel fundamental na formação de cidadãos que respeitem os valores de sua sociedade. Por isso, o governo deve observar os ensinamentos de Pitágoras e “educar as

crianças para que não precisemos punir os adultos”. Assim, poderemos vislumbrar um futuro mais esperançoso e seguro para todos.